

Nível Superior – Analista Administrativo – Tarde

Advogado

TIPO 1 – BRANCA

Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
 - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas;
 - esse caderno de prova contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, cada qual com **cinco** alternativas de respostas (A, B, C, D e E).
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
 - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
 - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
 - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
 - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de prova.
- Somente após decorrida **uma hora e meia** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova, contudo sem levar o caderno de prova.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de prova.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **02/12/2014**, no endereço eletrônico www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/procempa.
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será das 0h00min do dia **03/12/2014** até às 23h59min do dia **04/12/2014**, observado o horário oficial de Porto Alegre, no endereço www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/procempa, por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

Língua Portuguesa

Texto

Contraste entre discurso e realidade

No contexto político em que vivemos, sentimos saudade de alguns conceitos de verdade que estão na raiz da filosofia e da teologia. Se para Sócrates a verdade está ligada à sabedoria humana, o discurso verdadeiro, segundo Platão, é aquele que diz como as coisas são. Na profundidade do pensamento de Santo Agostinho, a verdade não é minha e nem tua para que seja nossa, ou, como muito bem conceituou Santo Tomás de Aquino, a verdade é a adequação entre a inteligência e a coisa, ou seja, a realidade das coisas. Parece que nenhum deles se ajusta ao contexto das atuais propagandas políticas.

O que chama atenção de todos nós neste momento é que nos debates políticos não aparece com relevância a riqueza do conceito de verdade, pois os mesmos não demonstram sabedoria humana, não se diz com transparência como as coisas são, não aparece a adequação entre a inteligência e a realidade das coisas, e carece de humildade para dizer que a verdade não está apenas naquilo que eu afirmo, ou que outros do meu partido estão afirmando, subestimando o todo, e, portanto, nunca poderá ser nossa no sentido mais amplo. Esquecemo-nos muitas vezes de sublinhar que a verdade tem uma dimensão ética de compromisso com aquilo que é anunciado publicamente no discurso.

A maquiagem marqueteira que conduz os atores políticos esconde o significado profundo da verdade, resultando em debates carentes em profundidade de argumentos, e não imbuídos de verdade sobre a realidade, limitando-se a discussões acusativas, ofensivas e contraditórias. Os contrastes entre o discurso e a realidade, a riqueza de experiências humanas dos candidatos e a superficialidade de suas propostas, a carência de discussões e debates de temas de relevância para o país, entre outros, estiveram distantes de nossas propagandas políticas nestas eleições.

Como a verdade é o que nos liberta, segundo os ensinamentos de Jesus Cristo, temos a esperança que nesta segunda etapa das eleições possamos ter a verdade como princípio inspirador dos debates políticos, não subestimando a inteligência de nosso povo, pois o mesmo conhece bem a realidade das coisas, estando ávido para ouvir as propostas e assumir-las como verdadeiras, subsidiando as suas escolhas e pensando melhor no futuro de nosso Brasil.

(Adaptado. Josafá Carlos de Siqueira, *O Globo*, 22/10/2014)

01

O título – *Contraste entre discurso e realidade* – se refere

- (A) aos debates políticos atuais.
- (B) à discussão filosófica entre verdade e propaganda.
- (C) ao choque entre o que os homens dizem e o que os homens fazem.
- (D) à maquiagem marqueteira que esconde os significados da verdade.
- (E) às polêmicas sem profundidade de argumentos.

02

No primeiro parágrafo do texto, as vozes de Sócrates e Platão têm a função textual de

- (A) estabelecer ligação de coerência com a expressão “*raiz da filosofia*”.
- (B) criar credibilidade para as observações do texto.
- (C) realizar os conceitos de verdade ligados à teologia.
- (D) demonstrar a distância entre filosofia e teologia.
- (E) indicar a profundidade do pensamento filosófico e teológico.

03

“*Se para Sócrates a verdade está ligada à sabedoria humana, o discurso verdadeiro, segundo Platão, é aquele que diz como as coisas são.*”

Na primeira oração desse período do texto, a conjunção se equivale semanticamente a

- (A) caso.
- (B) enquanto.
- (C) quando.
- (D) embora.
- (E) à medida que.

04

Em todas as frases a seguir são empregadas formas de demonstrativos. Assinale aquela forma cuja justificativa de emprego está correta.

- (A) “... o discurso verdadeiro, segundo Platão, é aquele que diz como as coisas são”; / referência a um termo distante no tempo.
- (B) “O que chama atenção de todos nós neste momento...”; / referência a um termo mais próximo que outro.
- (C) “...a verdade não está apenas naquilo que eu afirmo...”; / referência a algo desconhecido.
- (D) “...a verdade tem uma dimensão ética de compromisso com aquilo que é anunciado...”; / referência a algo distante no espaço.
- (E) “...temos a esperança que nesta segunda etapa das eleições...”; / referência a algo cronologicamente próximo.

05

Em todos os segmentos a seguir está presente o vocábulo “como”. Assinale a opção em que o valor semântico desse vocábulo está corretamente indicado.

- (A) “o discurso verdadeiro, segundo Platão, é aquele que diz como as coisas são” / causa.
- (B) “como muito bem conceituou Santo Tomás de Aquino” / conformidade.
- (C) “Como a verdade é o que nos liberta...” / explicação.
- (D) “possamos ter a verdade como princípio inspirador dos debates políticos” / modo.
- (E) “...e assumi-las como verdadeiras” / comparação.

06

O texto apresenta alguns problemas em sua construção. Assinale a opção que indica uma dessas imperfeições textuais.

- (A) “*Esquecemo-nos*” em lugar de “*esquecemos-nos*”.
- (B) “*subestimando*” em lugar de “*sub-estimando*”.
- (C) “*maquiagem*” em lugar de “*maquilagem*”.
- (D) “*Santo Tomás*” em lugar de “*São Tomás*”.
- (E) “*assumir-las*” em lugar de “*assumi-las*”.

07

“A maquiagem marqueteira que conduz os atores políticos esconde o significado profundo da verdade”

O segmento do texto acima denuncia uma marca das eleições atuais. Assinale-a.

- (A) A falsidade das diversas ideologias partidárias.
- (B) O embelezamento falso de ideias superadas e anacrônicas.
- (C) A manipulação hipócrita das mensagens apresentadas.
- (D) A apresentação dos programas como obra de ficção.
- (E) A exibição de fatos menos importantes como essenciais.

08

No segundo parágrafo do texto aparecem frases que se referem aos conceitos de verdade emitidos no primeiro parágrafo.

As opções a seguir apresentam segmentos que fazem alusão a qualquer um dos conceitos anteriores, à exceção de uma. Assinale-a.

- (A) “não aparece com relevância a riqueza do conceito de verdade”.
- (B) “os mesmos não demonstram sabedoria humana”.
- (C) “não se diz com transparência como as coisas são”.
- (D) “não aparece a adequação entre a inteligência e a realidade das coisas”.
- (E) “a verdade não está apenas naquilo que eu afirmo, ou que outros do meu partido estão afirmando, subestimando o todo, e, portanto, nunca poderá ser nossa”.

09

“O que chama atenção de todos nós neste momento é que nos debates políticos não aparece com relevância a riqueza do conceito de verdade, pois os mesmos não demonstram sabedoria humana, não se diz com transparência como as coisas são, não aparece a adequação entre a inteligência e a realidade das coisas, e carece de humildade para dizer que a verdade não está apenas naquilo que eu afirmo...”.

Nesse segmento, as quatro frases sublinhadas são exemplos do que “chama atenção de todos nós”. O problema de construção dessas frases é que

- (A) o tempo verbal das frases não é o mesmo.
- (B) os sujeitos das formas verbais são diferentes.
- (C) os sujeitos aparecem pospostos aos verbos.
- (D) a forma verbal “carece” não tem sujeito identificado.
- (E) as frases apresentam extensões inadequadas.

10

“carece de humildade para dizer que a verdade”.

Nessa frase do texto, a forma desenvolvida adequada da oração reduzida é

- (A) “para dizermos a verdade”.
- (B) “a fim de dizermos a verdade”.
- (C) “para que se diga a verdade”.
- (D) “para que se dissesse a verdade”.
- (E) “a fim de que a verdade fosse dita”.

11

“...temos a esperança que nesta segunda etapa das eleições possamos ter a verdade como princípio inspirador dos debates políticos, não subestimando a inteligência de nosso povo, pois o mesmo conhece bem a realidade das coisas, estando ávido para ouvir as propostas e assumir-las como verdadeiras, subsidiando as suas escolhas e pensando melhor no futuro de nosso Brasil.”

Nesse segmento do texto temos quatro formas de gerúndio. Sobre essas ocorrências, assinale a afirmativa correta.

- (A) Todas as formas possuem o mesmo sujeito.
- (B) Todas as formas têm sujeitos diferentes.
- (C) A forma “estando” tem sujeito diferente de todas as demais.
- (D) A forma “subsidiando” tem o mesmo sujeito de “estando”.
- (E) As duas últimas formas de gerúndio possuem o mesmo sujeito.

12

“Os contrastes entre o discurso e a realidade, a riqueza de experiências humanas dos candidatos e a superficialidade de suas propostas, a carência de discussões e debates de temas de relevância para o país, entre outros, estiveram distantes de nossas propagandas políticas nestas eleições.”

Nesse segmento do texto há um problema sério de

- (A) coerência.
- (B) coesão.
- (C) paralelismo.
- (D) redundância.
- (E) norma culta.

13

Assinale a opção que indica a frase do texto em que a forma que destacada tem classe gramatical **diferente** das demais, não se referindo a nenhum termo anterior.

- (A) “No contexto político em que vivemos”.
- (B) “sentimos saudade de alguns conceitos de verdade que estão na raiz da filosofia e da teologia”.
- (C) “o discurso verdadeiro, segundo Platão, é aquele que diz como as coisas são.”
- (D) “Parece que nenhum deles se ajusta ao contexto...”.
- (E) “O que chama atenção de todos nós...”.

14

“Como a verdade é o que nos liberta, segundo os ensinamentos de Jesus Cristo, temos a esperança que nesta segunda etapa das eleições possamos ter a verdade como princípio inspirador dos debates políticos...”.

Sobre os componentes do segmento textual acima, assinale a afirmativa correta.

- (A) “segundo”, como numeral, indica uma posição numa sequência.
- (B) “temos a esperança” deveria ser seguido da preposição “de”.
- (C) O adjetivo “inspirador” equivale estruturalmente a “que expira”.
- (D) O pronome “nos” se refere apenas aos cristãos.
- (E) “Jesus Cristo” representa o paciente de “ensinamentos”.

15

O parágrafo final do texto traz um tom de

- (A) crítica.
- (B) alerta.
- (C) esperança.
- (D) ironia.
- (E) certeza.

16

Assinale a opção em que o termo sublinhado é classificado como complemento nominal, atuando como paciente do termo anterior.

- (A) “sentimos saudades de alguns conceitos”.
- (B) “que estão na raiz da filosofia”.
- (C) “pensamento de Santo Agostinho”.
- (D) “outros do meu partido”.
- (E) “significado profundo da verdade”.

17

Assinale a opção em que a palavra sublinhada pertence a uma classe gramatical **diferente** das demais.

- (A) “a verdade está ligada à sabedoria humana”.
- (B) “contexto das atuais propagandas políticas”.
- (C) “sentido mais amplo”.
- (D) “estiveram distantes de nossas propagandas”.
- (E) “pensando melhor no futuro”.

18

Assinale a opção em que o par de palavras tem significado equivalente.

- (A) Contexto político = Política do contexto.
- (B) Maquiagem marqueteira = Os marqueteiros da maquiagem.
- (C) Significado profundo = Profundidade do significado.
- (D) Princípio inspirador = A inspiração do princípio.
- (E) Sabedoria humana = O homem de sabedoria.

19

“Como a verdade é o que nos liberta”.

Assinale a opção que indica a forma de reescrever-se essa frase do texto que **modifica** o seu sentido original.

- (A) Como o que nos liberta é a verdade.
- (B) Como é a verdade o que nos liberta.
- (C) Como aquilo que nos liberta é a verdade.
- (D) Como é verdade aquilo que nos liberta.
- (E) Como a verdade é aquilo que nos liberta.

20

“Como a verdade é o que nos liberta, **segundo** os ensinamentos de Jesus Cristo, temos a esperança que nesta segunda etapa das eleições possamos ter a verdade como princípio inspirador dos debates políticos, não subestimando a inteligência de nosso povo, **pois o mesmo** conhece **bem** a realidade das coisas, estando ávido **para** ouvir as propostas...”.

Sobre os componentes sublinhados, assinale a afirmativa correta.

- (A) O termo “segundo” tem valor conformativo.
- (B) O conectivo “pois” aponta para uma conclusão.
- (C) O termo “o mesmo” se refere ao termo “debate”.
- (D) O termo “bem” tem valor de intensidade.
- (E) O conectivo “para” tem valor de direção.

Conhecimentos Específicos

Direito Constitucional

21

O Presidente da República, após receber a proposta de previsão orçamentária do Ministério Público, verifica que ela não atende às regras de previsibilidade de despesas acoplada as receitas previstas e, ao enviar a proposta consolidada ao Congresso Nacional, realiza diversos cortes nas despesas previstas no projeto do Ministério Público.

Nos termos da Constituição Federal, o Ministério Público

- (A) poderá propor sua previsão orçamentária sem quaisquer limitações.
- (B) terá como limite à sua proposta a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) será controlado pelo Poder Executivo, que, não concordando com a proposta, poderá seccioná-la.
- (D) controlará o seu orçamento pela decisão da sua Chefia.
- (E) apresentará sua proposta orçamentária em audiência pública.

22

Ana e Luiz são casados e desejam programar o crescimento da sua família, estabelecendo critérios econômicos para propiciar uma melhor qualidade de vida aos seus filhos. Em paralelo, Roberto e Mauricio, amigos do casal Ana e Luiz, formam entidade familiar estável e requerem a adoção de um menor, postulando perante a autoridade judicial competente.

Ambos os casais requerem a concessão de auxílio assistencial pelo crescimento da família, que demanda proteção financeira do Estado.

Nos termos da Constituição Federal e da jurisprudência predominante, assinale a afirmativa correta.

- (A) O casamento é protegido e as demais formações familiares têm interpretação restritiva.
- (B) As entidades familiares autônomas equiparam-se ao casamento, nos aspectos formais.
- (C) As uniões entre pessoas do mesmo gênero e de gênero diversos são acolhidas pelo sistema constitucional.
- (D) A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é restritiva quanto à adoção por casais que representam as novas famílias.
- (E) O espectro de proteção à família abrange a assistência social ampla e a remuneração pelos novos filhos aos casais.

23

No sistema brasileiro, de acordo com interpretação adotada pelo Supremo Tribunal Federal, a Mesa da Assembleia Legislativa Estadual somente poderia propor Ação Direta de Inconstitucionalidade caso caracterizada a denominada

- (A) legitimidade ordinária.
- (B) possibilidade jurídica do pedido.
- (C) pertinência temática.
- (D) conexão processual.
- (E) fungibilidade de ações.

24

A Constituição Federal de 1988 estabelece inúmeras regras que permeiam a iniciativa quanto às emendas constitucionais.

Essas regras podem ser apresentadas por

- (A) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros; metade, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
- (B) mais de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros; metade, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
- (C) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros; um quinto, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
- (D) mais de um quinto das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros; metade, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
- (E) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros; um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.

25

Eurípedes pretende candidatar-se a Presidente da República e apresenta sua candidatura pelo partido B, tendo realizado campanha popular, com intensa repercussão social. Após campanha de sucesso, obtém maioria absoluta dos votos, sendo eleito no primeiro turno da eleição, tomando posse e cumprindo seu mandato.

Apesar do sucesso administrativo da sua gestão, Eurípedes foi surpreendido pela denúncia de um cidadão, ao Congresso Nacional, de que ele cometera crime de responsabilidade.

Nesse caso, nos termos da Constituição, deve ocorrer

- (A) a rejeição liminar da denúncia do cidadão, por não ter legitimidade para o processo.
- (B) a análise da acusação, e, se acatada, será examinada, em juízo de admissibilidade, pela Câmara dos Deputados.
- (C) a admissibilidade da acusação e o julgamento de mérito pelo Supremo Tribunal Federal.
- (D) o acatamento por maioria absoluta da Câmara dos Deputados e o seu julgamento de mérito, também por maioria absoluta.
- (E) a aceitação da acusação por comissão da Câmara dos Deputados, e o processo será encaminhado ao Senado para julgamento de mérito.

26

Marcos é aprovado em concurso para a magistratura do Estado Y e, após tomar posse no cargo de Juiz de Direito, é designado para atuar na Comarca Z, onde atua por mais de cinco anos.

Por força da sua atuação firme na condução de processos criminais, vem a sofrer ameaças físicas. Ele comunica tal fato ao tribunal, que resolve removê-lo *ex officio* da Comarca, por decisão monocrática do Corregedor do Tribunal de Justiça.

Nos termos da Constituição Federal, tal ato é

- (A) violador da garantia da inamovibilidade.
- (B) desprovido de juridicidade, por atingir a vitaliciedade.
- (C) fundamentado, haja vista a impossibilidade de se garantir a segurança do magistrado.
- (D) possível, a fim de estabelecer confiança nos jurisdicionados.
- (E) justificado, a fim de proteger a incolumidade do magistrado.

27

As sucessivas reformas que procuraram modificar a estrutura do Poder Judiciário não atingiram os critérios de indicação dos Juizes que fazem parte do Supremo Tribunal Federal. Embora existam críticas ao procedimento de escolha dos integrantes do mais importante tribunal brasileiro, também existem críticas ao modo de composição de outros tribunais, cujo regramento consta da Constituição Federal.

Sobre os procedimentos de nomeação de magistrados, nos termos da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) São nomeados pelo Presidente da República os Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Militares.
- (B) São nomeados pelo Presidente da República os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, os Juizes do Tribunal Regional do Trabalho e os desembargadores do Superior Tribunal Militar.
- (C) São nomeados pelo Presidente da República os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, os Juizes da Justiça do Trabalho e os Juizes da Justiça Militar.
- (D) São nomeados pelo Presidente da República os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, os juristas da classe dos advogados do Tribunal Regional Eleitoral e os Juizes dos Tribunais Regionais Federais.
- (E) São nomeados pelo Presidente da República os Ministros do Supremo Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Eleitorais e os Juizes dos Tribunais Federais de Recursos.

Direito Administrativo**28**

Considerando a decisão liminar do STF na ADI nº 2.135-4, que suspendeu a eficácia da nova redação do *caput* do Art. 39 da Constituição Federal de 1988, dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998, assinale a afirmativa correta.

- (A) Todos os servidores da Administração Pública direta e indireta, de todos os entes da Federação, estão sujeitos ao regime estatutário.
- (B) Os empregados públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, admitidos entre a edição da Emenda Constitucional nº 19 e o julgamento da liminar, não tiveram sua situação jurídica modificada pela aludida decisão.
- (C) Lei federal definirá o regime jurídico único que vinculará os servidores da Administração Pública direta, das autarquias e das fundações públicas, de todos os entes da Federação.
- (D) Todos os servidores ocupantes de cargo em comissão na Administração Pública direta, de qualquer dos entes da Federação, estão submetidos ao regime celetista.
- (E) A decisão da Corte Suprema aplica-se, inclusive, aos servidores que ingressaram na Administração Pública antes daquele julgamento, eis que não há direito adquirido a regime jurídico, conforme jurisprudência pacífica do próprio STF.

29

Sobre o tema da Responsabilidade Civil do Estado, analise as afirmativas a seguir.

- I. Segundo a doutrina administrativista majoritária, a responsabilidade civil objetiva do Estado só se aplica às hipóteses de ato comissivo, sendo que para os atos omissivos vigora a Teoria da Irresponsabilidade estatal.
- II. A responsabilidade civil objetiva do Estado não é ilidida pela demonstração da existência de causas excludentes de nexo de causalidade, mas apenas pela comprovação de inexistência de dano.
- III. Nenhum dano decorrente de ato lícito gera dever de indenizar por parte do Estado.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver incorreta.
- (B) se somente a afirmativa III estiver incorreta.
- (C) se somente as afirmativas I e II estiverem incorretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem incorretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem incorretas.

30

A respeito da organização administrativa do Estado, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Nas empresas públicas, o capital social é exclusivamente pertencente à Administração Pública, podendo, porém, ser oriundo de diferentes pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades com personalidade jurídica de direito privado da Administração Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- () As autarquias são criadas por lei, e as empresas estatais, por meio do registro de seus atos constitutivos, após a edição de autorização legal.
- () Nas sociedades de economia mista, a Administração Pública deve possuir mais da metade de todas as ações da companhia, o que lhe garante, portanto, o controle decisório.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V, V e F.
- (B) V, V e V.
- (C) V, F e F.
- (D) F, F e V.
- (E) F, V e V.

31

Analise o fragmento a seguir.

“É hipótese de extinção do contrato de concessão de serviço público que, em regra, não gera para a Administração Pública o dever de indenizar o concessionário.”

O fragmento acima caracteriza

- (A) caducidade.
- (B) encampação.
- (C) rescisão.
- (D) anulação.
- (E) término do prazo de concessão, sem reversão de bens.

32

A Agência Nacional de Transportes Terrestres expediu um ato a fim de regular o valor das tarifas de transportes rodoviários municipais.

Com base nessa informação, assinale a afirmativa correta.

- (A) A ANTT pode expedir ato com essa finalidade, pois a regulação dos serviços públicos de transporte rodoviário sempre deverá ser realizada por meio de agência reguladora federal.
- (B) O ato editado pela ANTT somente será aplicável aos municípios brasileiros que não disponham de agência reguladora própria.
- (C) O ato da ANTT não deverá prevalecer nos casos em que a prestação desse serviço público for objeto de delegação pelo município, porque, nessa hipótese, os contratos de concessão somente podem ser alterados por meio de ajustes entre as partes contratantes.
- (D) O ato da ANTT não deverá prevalecer, pois, segundo o STF, é inadmissível que a regulação de serviço público implique controle tarifário.
- (E) O ato da ANTT é inconstitucional, pois fere a autonomia administrativa dos entes municipais, a quem incumbe regular os serviços públicos de sua competência.

33

Um servidor de determinada empresa pública municipal está envolvido em um escândalo de corrupção, referente à gestão de um contrato administrativo de prestação de serviço, juntamente com o gerente da empresa particular contratada.

Considerando a situação descrita, assinale a afirmativa correta.

- (A) O servidor público responderá sozinho por improbidade administrativa; no entanto, não responderá criminalmente pelo mesmo fato, sob pena de *bis in idem*.
- (B) O particular apenas responderá criminalmente pelo fato, eis que a ação de improbidade administrativa destina-se ao sancionamento dos agentes públicos.
- (C) O servidor público não responderá por improbidade administrativa, pois essa ação somente pode ser dirigida em face de servidores estatutários.
- (D) O servidor público e o particular deverão figurar no polo passivo da ação de improbidade administrativa, bem como responder criminalmente pelo mesmo fato.
- (E) O servidor público e o particular poderão livrar-se da responsabilização por improbidade administrativa caso se disponham a ressarcir, integralmente, o dano causado ao erário.

34

Um servidor público municipal estável prestou concurso público para fiscal da Receita Federal, tendo sido aprovado. Ao final do estágio probatório no cargo de fiscal, o servidor foi inabilitado. Diante disso, pretendeu ser reconduzido ao seu cargo anterior, de servidor municipal. Para tanto, pleiteou, judicialmente, a sua recondução, com base na Lei Federal nº 8.112/1990, a qual estabelece, em seu Art. 29, que: “Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.”

Tendo como base o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pleito deverá ser julgado procedente porque o postulante ocupa cargo público federal, sujeitando-se às disposições da Lei Federal nº 8.112/1990, que rege os servidores públicos estatutários civis federais.
- (B) O pleito deve ser julgado improcedente, tendo em vista que cada ente da federação, em razão da autonomia de que goza, deve ter leis próprias para reger o regime jurídico de seus servidores, não se sujeitando a leis editadas por outros entes.
- (C) O pleito deve ser julgado procedente, pois compete à União estabelecer normas gerais referentes ao regime jurídico dos servidores estatutários, restando aos municípios estabelecer regras específicas.
- (D) O pleito deve ser julgado parcialmente procedente para determinar a recondução do postulante, desde que haja cargo vago a ser preenchido, nos quadros da Administração Pública municipal.
- (E) O pleito deve ser julgado improcedente, uma vez que a pretensão do postulante deveria ter sido deduzida administrativamente, antes de sua formulação perante o Poder Judiciário, tendo em vista a necessidade de esgotamento de instâncias administrativas.

Direito Civil

35

O Código Civil estabelece as regras para a sucessão *causa mortis*, disciplinando o denominado direito sucessório.

Sobre o direito sucessório, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O princípio de *saisine* estabelece que, aberta a sucessão, a herança transmite-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.
- (B) A sucessão *causa mortis* pode se dar por lei ou por disposição de última vontade.
- (C) A aceitação da herança é revogável, porém a sua renúncia é ato irrevogável.
- (D) A aceitação da herança torna definitiva a sua transmissão ao herdeiro, desde a abertura da sucessão.
- (E) Regulam-se a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente, ao tempo da abertura daquela.

36

Segundo o Código Civil, os bens móveis que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade são denominados

- (A) bens consumíveis.
- (B) bens fungíveis.
- (C) bens reciprocamente considerados.
- (D) bens singulares.
- (E) bens públicos.

37

As obrigações nascem para ser satisfeitas, implementadas, cumpridas. O adimplemento de uma obrigação é denominado pagamento e acarreta a liquidação, a extinção de uma obrigação. Dessa forma, o pagamento pode ser direto ou indireto, sendo tais formas disciplinadas pelo Código Civil. Por outro lado, o Código Civil também elenca duas formas de transmissão de obrigações, que não se confundem com o pagamento.

Dentre os institutos listados a seguir, assinale o que **não** é previsto pelo Código Civil como pagamento e sim como forma de transmissão de obrigação.

- (A) Cessão de crédito.
- (B) Remissão de dívida
- (C) Novação.
- (D) Sub-rogação
- (E) Dação.

Direito Processual Civil

38

A *ação rescisória* é instrumento de cabimento excepcional no sistema processual, uma vez que sua utilização para fins de desconstituição de decisões que já tinham feito coisa julgada material abalam a segurança jurídica das relações. Dessa forma, para que haja sua regular utilização, devem ser observados requisitos formais, temporais e materiais.

As opções a seguir indicam hipóteses em que a ação rescisória é cabível, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Cabe ação rescisória para desconstituição de sentenças dadas por concussão do Juiz.
- (B) Cabe ação rescisória para desconstituição de sentenças proferidas por Juiz suspeito.
- (C) Cabe ação rescisória para desconstituição de sentenças proferidas em violação à literal disposição de lei.
- (D) Cabe ação rescisória para desconstituição de sentenças fundadas em erro de fato, resultantes de atos ou documentos da causa.
- (E) Cabe ação rescisória para desconstituição de sentenças que ofendam a coisa julgada já existente acerca do assunto debatido.

39

Everaldo trabalha como caseiro em um sítio localizado em Veranópolis, há quatro anos. Ele mora com sua esposa e seus filhos em um pequeno quarto construído na propriedade.

É certo que o possuidor do sítio é Benício, que viaja muito e precisa dos serviços de Everaldo para a manutenção da área.

Em determinado dia, Samira, julgando ser a legítima possuidora da área, que presume ter sido invadida, ajuíza em face de Everaldo, única pessoa que vê no sítio, uma ação de reintegração de posse.

Everaldo, a fim de indicar Benício, real possuidor do sítio, para o polo passivo da ação, deve propor

- I. denúncia da lide;
- II. oposição;
- III. nomeação à autoria.

Assinale:

- (A) se somente as propostas I e II estiverem corretas.
- (B) se somente as propostas I e III estiverem corretas.
- (C) se somente as propostas II e III estiverem corretas.
- (D) se somente a proposta III estiver correta.
- (E) se somente a proposta II estiver correta.

40

O *arresto* é medida cautelar nominada que tem grande incidência prática no sistema processual brasileiro. Destina-se a promover, sob certas condições, o bloqueio indeterminado de bens do devedor, a fim de garantir a efetividade de uma execução para pagamento de quantia certa.

Sobre as hipóteses de incidência do *arresto*, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O *arresto* é cabível quando o devedor sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui.
- (B) O *arresto* é cabível quando o devedor que tem domicílio certo se ausenta ou tenta ausentar-se furtivamente.
- (C) O *arresto* é cabível quando o devedor que tem domicílio certo contrai ou tenta contrair dívidas extraordinárias.
- (D) O *arresto* é cabível quando o devedor que tem domicílio certo põe ou tenta pôr os seus bens em nome de terceiros.
- (E) O *arresto* é cabível quando o devedor que possui bens de raiz intenta dá-los em anticrese, ainda que fique com alguns livres e desembargados, equivalentes às dívidas.

Direito Penal

41

Com relação ao tema *responsabilidade penal* no concurso de pessoas, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A responsabilidade penal é individual, devendo cada agente responder na medida de sua culpabilidade.
- (B) Ocorrendo desvio subjetivo entre os agentes, quem quis participar de crime menos grave responde por este e não pelo crime mais grave praticado pelo outro agente.
- (C) Sendo a participação de menor importância, a pena pode ser reduzida de 1/6 a 1/3.
- (D) O Código Penal adotou a Teoria Monista sobre concurso de agentes sem exceção, devendo todos os participantes responder pelo mesmo crime.
- (E) Não há participação dolosa em crime culposos.

42

As opções a seguir apresentam causas de extinção da punibilidade, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Indulto e graça.
- (B) Prescrição e decadência.
- (C) Anistia.
- (D) Morte da vítima.
- (E) Perdão aceito, nos crimes de ação privada.

43

Majoritariamente, a doutrina conceitua crime como sendo um fato típico, ilícito e culpável. Como elementos do fato típico estão a conduta, o resultado, o nexo de causalidade e a tipicidade.

Com relação a tais elementos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Não há crime sem resultado jurídico.
- (B) Na teoria finalista da ação, o dolo e a culpa devem ser analisados na antijuridicidade.
- (C) A coação moral irresistível, diferentemente da resistível, afasta a própria conduta e, assim, a tipicidade.
- (D) Para que seja reconhecida a tipicidade material, basta a simples adequação da conduta ao tipo penal.
- (E) A superveniência de causa relativamente independente que, por si só, produza o resultado, faz com que o agente apenas responda pelo resultado a título de culpa.

Direito Processual Penal

44

O Direito Processual Penal brasileiro adota o princípio do livre convencimento motivado. Um dos meios de prova com maior destaque no processo penal é a prova testemunhal.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em regra, a testemunha poderá prestar declarações por escrito ou oralmente.
- (B) O menor de 18 anos não poderá ser testemunha.
- (C) Ao juiz não é permitido ouvir outras testemunhas que não as indicadas pelas partes.
- (D) No procedimento comum, as perguntas às testemunhas serão formuladas diretamente pelo juiz, sob pena de nulidade absoluta.
- (E) A testemunha regularmente intimada que deixar de comparecer sem justo motivo poderá ser conduzida coercitivamente por oficial de justiça.

45

Tourinho Filho define **competência** como “o âmbito, legislativamente delimitado, dentro do qual o órgão exerce o seu Poder Jurisdicional”.

Sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- (A) Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados em detrimento de sociedades de economia mista.
- (B) De acordo com entendimento sedimentado no STF, o foro por prerrogativa de função em benefício do vereador, fixado exclusivamente na Constituição Estadual, não prevalece sobre a competência do Tribunal do Júri.
- (C) Em regra, de acordo com o Código de Processo Penal, a competência será definida pelo local da ação, ou seja, por onde for iniciada a execução.
- (D) O desembargador que comete crime doloso contra a vida será julgado pelo Tribunal do Júri do local em que exerce suas atividades.
- (E) Não sendo conhecido o local da infração, a competência será definida pelo domicílio de residência da vítima.

46

No dia 25 de outubro do corrente ano, João, primário e de bons antecedentes, subtraiu para si a pasta de trabalho e o celular de José, sem empregar violência ou grave ameaça. Em razão disso, foi indiciado pela prática do crime de furto simples consumado, cuja pena privativa de liberdade em abstrato prevista é de 1 a 4 anos de reclusão e multa.

Nesse caso,

- (A) poderá ser oferecida a ele proposta de transação penal, pois suas circunstâncias pessoais são favoráveis.
- (B) deverá ser designada audiência de composição dos danos civis, funcionando eventual acordo como renúncia ao direito de representação.
- (C) em razão da pena cominada, no momento da denúncia, poderá ser oferecida proposta de suspensão condicional do processo.
- (D) não caberá composição dos danos, transação ou suspensão condicional do processo, tendo em vista que o crime praticado não é de menor potencial ofensivo.
- (E) a ação penal será privada, logo depende do oferecimento de queixa-crime.

Direito Tributário

47

A Construtora Grenal Ltda. tem contra si lavrada, há poucos dias, uma Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) em razão da falta de declaração e pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A sociedade empresária precisa, com urgência, suspender a exigibilidade do crédito tributário, ante seu interesse em participar de licitação que ocorrerá em breve.

As opções a seguir apresentam condutas que atendem à necessidade da construtora, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Realização de depósito judicial do montante integral.
- (B) Parcelamento.
- (C) Ajuizamento de ação anulatória sem depósito ou pedido de antecipação de tutela.
- (D) Impugnação administrativa.
- (E) Liminar ou tutela antecipada em medida judicial.

48

A carga tributária da pessoa jurídica Relevância Ltda. é majorada validamente por meio de decreto que eleva a alíquota de determinado tributo que incide sobre sua atividade econômica.

Com base no caso exposto, assinale a opção que indica o tributo que foi majorado.

- (A) Imposto sobre Serviços (ISS)
- (B) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)
- (C) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
- (D) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
- (E) Imposto sobre a Renda (IR)

49

Lei federal isenta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) os contratos de câmbio celebrados entre 1º de janeiro de 2013 e 31 de julho de 2014. Contribuintes que celebraram o contrato de câmbio em dezembro de 2012 (antes, portanto, da vigência da isenção) pleiteiam judicialmente a extensão do benefício. Alguns desses contribuintes alegam violação à capacidade contributiva, enquanto outros sustentam violação à isonomia.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pleito é procedente em relação ao fundamento da capacidade contributiva, mas não em relação ao fundamento da isonomia.
- (B) O pleito é procedente em relação ao fundamento da isonomia, mas não em relação ao fundamento da capacidade contributiva.
- (C) O pleito é procedente em relação aos dois fundamentos.
- (D) O pleito é improcedente em relação aos dois fundamentos, mas o Judiciário pode dispensar o pagamento do IOF por razões de equidade.
- (E) O pleito é improcedente em relação aos dois fundamentos e, além disso, o Judiciário não pode ampliar a isenção delimitada por lei, sob pena de atuar como legislador positivo.

50

Determinado município publica, em 10.06.2013, lei alterando a legislação anterior (que até ali previa alíquota fixa de IPTU para todos os imóveis localizados em seu território e sujeitos à incidência do imposto).

A nova lei prevê:

- I. alíquotas progressivas em razão do valor do imóvel; e
- II. alíquotas diferenciadas em razão da localização do imóvel.

Com base no exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A nova lei é inválida em relação às duas previsões por ela introduzidas, pois a fixação de alíquotas do IPTU é reservada à lei complementar nacional.
- (B) A nova lei é válida e produzirá efeitos sobre os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2014.
- (C) A nova lei é válida apenas quanto à progressividade de alíquotas em razão da localização do imóvel.
- (D) A nova lei é válida apenas quanto à diferenciação de alíquotas em razão da localização do imóvel.
- (E) A nova lei é inválida em relação às duas previsões por ela introduzidas, pois a CRFB não admite alíquotas de IPTU progressivas ou diferenciadas.

51

Por meio de tratado internacional celebrado pela União e regularmente incorporado ao nosso ordenamento normativo interno, os serviços de recuperação de motores elétricos deixam de sofrer a incidência de qualquer tributo.

Diante de tal cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) O tratado internacional é válido, desde que tenha sido incorporado por lei complementar.
- (B) O tratado internacional é inválido, pois não pode dispor sobre questões tributárias.
- (C) O tratado internacional é inválido, pois seu efeito prático é afastar a incidência do Imposto sobre Serviços (ISS), que é de competência dos Estados, sendo vedado à União conceder isenção de tributos que não sejam de sua competência.
- (D) O tratado internacional é inválido, pois seu efeito prático é afastar a incidência do Imposto sobre Serviços (ISS), que é de competência dos Municípios, sendo vedado à União conceder isenção de tributos que não sejam de sua competência.
- (E) O tratado internacional é válido, qualquer que tenha sido a forma de sua incorporação.

Direito Financeiro

52

O valor dos *royalties* auferidos pelos Estados membros da Federação, em razão da exploração de minerais em seus territórios, tem natureza

- (A) tributária, pois é pago em razão da atividade econômica explorada pelo contribuinte.
- (B) tributária, pois é pago em razão da fiscalização desempenhada pelo Estado.
- (C) de receita derivada, pois não é tributo.
- (D) de receita originária, pois representa indenização pela atividade desempenhada no território do ente público.
- (E) de receita originária, pois representa alienação de minérios que pertencem ao Estado.

53

O Município Alfa aprova lei que majora em um ponto percentual a alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) sobre a totalidade das atividades sujeitas à incidência do imposto, prevendo que esse acréscimo da alíquota será aplicado, especificamente, na construção de habitações populares.

A nova lei é

- (A) constitucional, tendo em vista a relevância da destinação legal do acréscimo de recursos.
- (B) inconstitucional, pois vincula a receita do imposto a uma despesa específica.
- (C) constitucional, vedada, no entanto, a destinação da majoração da alíquota à despesa específica prevista na lei.
- (D) inconstitucional, porque uma única lei não poderia majorar a alíquota do tributo para a totalidade dos serviços.
- (E) inconstitucional, porque a alíquota teria de ser prevista em lei complementar, nacional, não em lei municipal.

54

O Município Beta institui taxa pelo serviço de coleta de lixo domiciliar. Após dois anos de arrecadação regular do tributo os administradores do Município constatam que a receita é expressivamente superior ao custo do serviço público. Decidem, então, manter inalterado o valor da taxa e realocam o excesso de receita para a atividade pública de asfaltamento de ruas.

Com base no exposto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A taxa é constitucional, mas seu valor deverá ser reduzido a montante suficiente para fazer frente aos custos com o serviço de coleta de lixo domiciliar, vedado o emprego da receita em atividades diversas.
- (B) A taxa é inconstitucional, porque a coleta de lixo domiciliar não é serviço público divisível e, portanto, não poderia ser remunerado por essa espécie tributária.
- (C) A taxa é constitucional, pois o asfaltamento de rua não é serviço público divisível.
- (D) A taxa é constitucional, não havendo óbice a que os recursos excedentes sejam empregados em atividades diversas do custeio da coleta de lixo domiciliar.
- (E) Só por meio de lei municipal será possível realocar o excesso de receita da taxa de coleta de lixo domiciliar para as atividades de asfaltamento de rua.

55

Em situação hipotética, uma Lei Complementar da União outorga à Caixa Econômica Federal a incumbência de emitir moeda e autoriza o Banco Central a promover empréstimo ao Tesouro Nacional.

Em tal cenário, assinale a afirmativa correta.

- (A) As duas previsões são constitucionais.
- (B) Só a primeira previsão é constitucional.
- (C) Só a segunda previsão é constitucional.
- (D) As duas previsões são formalmente inconstitucionais, pois o tema seria de lei ordinária, não de lei complementar.
- (E) As duas previsões são materialmente inconstitucionais, pois violam texto expresso da Lei Maior.

56

A respeito da Receita Pública, assinale a afirmativa correta.

- (A) As taxas pelo exercício do poder de polícia, o Imposto sobre a Renda (IR) e as taxas de ocupação de bem público são hipóteses de receitas derivadas.
- (B) O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o Imposto sobre Serviços (ISS) e a contribuição de melhoria por obra pública são hipóteses de receitas originárias.
- (C) O empréstimo compulsório, o imposto extraordinário de guerra e a contribuição de iluminação pública são hipóteses de receitas derivadas.
- (D) O Imposto sobre a Renda (IR), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e os dividendos auferidos pela participação de ente público em sociedade de economia mista são hipóteses de receitas originárias.
- (E) As taxas pela prestação de serviços públicos específicos e divisíveis são receitas originárias, por terem por pressuposto uma atuação do Poder Público, enquanto impostos são receitas derivadas, por terem por pressuposto a atuação dos contribuintes.

Legislação Específica

57

Acerca dos Direitos Sociais Constitucionais, analise as afirmativas a seguir.

- I. São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados.
- II. É assegurado à categoria dos trabalhadores domésticos o direito à duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- III. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de um ano após a extinção do contrato de trabalho.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

58

Sobre a Administração Pública, na forma da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, assinale a afirmativa correta.

- (A) A incorporação de empresa privada a entidade da administração pública, ou a fusão delas, depende de lei específica.
- (B) Os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência estão previstos, expressamente, na Lei Orgânica de Porto Alegre, como de observância obrigatória pela Administração Pública.
- (C) A lei especificará os cargos e funções cujos ocupantes, ao assumi-los e ao deixá-los, devem declarar os bens que compõem seu patrimônio, não podendo se estender esta exigência aos detentores de funções diretivas e empregos na administração indireta.
- (D) Qualquer pessoa tem direito, mediante pagamento de taxa, à informação sobre o que consta a seu respeito, a qualquer título, nos registros ou bancos de dados das entidades governamentais ou de caráter público.
- (E) O Município poderá criar fundos para o desenvolvimento de programas específicos, cuja regulamentação será feita por meio de decreto.

59

Sobre matéria remuneratória de servidores públicos, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- II. É vedada a vinculação ou a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- III. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente a afirmativa III estiver correta.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

60

Acerca dos Princípios Gerais da Organização Municipal, assinale a afirmativa correta.

- (A) São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (B) É admitida a delegação de atribuições entre os Poderes do Município.
- (C) Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, estabelecer suas leis, decretos e atos relativos aos assuntos de interesse nacional.
- (D) Ao Município compete, privativamente, dispor sobre a administração, utilização e alienação de seus bens, tendo em conta o interesse público.
- (E) O Município pode celebrar convênios com a União, o Estado e outros Municípios, independentemente de autorização da Câmara Municipal, para execução de serviços e obras.

Realização

 **FGV PROJETOS**